

# RELAÇÃO ÉTICA ENTRE AÇÃO RACIONAL E FELICIDADE EM ARISTÓTELES

Cleide Bernardes<sup>1</sup>

**Resumo:** O objetivo deste artigo é fazer um estudo do conceito aristotélico de felicidade e sua relação ética com a ação racional, tomando como referência a obra *Ética a Nicômaco*. Analisaremos, mais especificamente, os dois primeiros livros e citaremos esparsamente outros livros da referida obra de Aristóteles.

**Palavras-chave:** Aristóteles; felicidade; ética; racionalidade; meio termo.

## ETHICAL RELATION BETWEEN RATIONAL ACTION AND HAPPINESS IN ARISTOTLE

**Abstract:** The aim of this article is to analyze the Aristotelian concept of happiness and its ethical relation with the rational action, taking as reference the work "*Ethics to Nicômaco*". We are going to analyze, specifically, the three first books and we are also going to mention another books of the above-mentioned work by Aristotle.

**Key-words:** Aristotle; happiness; ethic; rational action, middle ground.

## INTRODUÇÃO

A proposta de Aristóteles na obra *Ética a Nicômaco* é estabelecer um modelo ético pautado na ação racional e sua finalidade: a felicidade ou sumo bem. ponto de partida de Aristóteles é a idéia de que há um princípio e um fim em cada ser na natureza, sendo que este fim é determinado pela essência própria de cada ser. No caso do homem, este fim é determinado pela sua racionalidade, que o distingue de outros animais e também é a fonte principal de todas as realizações humanas, ou seja, é o fundamento da felicidade.

Em seguida, elabora uma estrutura de argumentos para estabelecer uma dupla natureza da racionalidade: a parte volitiva e a parte racional. A partir

---

<sup>1</sup> Doutora em Bioética pela Universidade de Brasília; professora titular do Centro Universitário Estácio de Brasília no Curso de Graduação em Direito.

desta divisão conflitante entre as paixões e a razão, Aristóteles concebe a possibilidade da excelência moral e a natureza das ações humanas, viabilizada por uma mediação das escolhas racionais. Um conceito relevante nesta estrutura é o “meio termo” ou justo meio, que irá determinar a escolha racional em de situações específicas, sempre levando em consideração as circunstâncias da ação.

No esforço de compreender a teoria ética aristotélica nos limites de um trabalho bibliográfico, analisaremos a seguir alguns pontos relevantes dos conceitos de felicidade, ação racional e meio termo, conforme a obra citada anteriormente.

## **O CONCEITO DE FELICIDADE EM ARISTÓTELES**

Todas as coisas visam o bem. Esta afirmação está no primeiro parágrafo do Livro I da *Ética a Nicômaco* e precede a uma indagação importante feita por Aristóteles no segundo parágrafo deste mesmo livro. Tanto a afirmação quanto a indagação se apresentam como importantes instrumentos de investigação utilizados por Aristóteles na elaboração de sua ética, sendo a segunda mais determinante que a primeira.

Começemos pela seguinte afirmação: Toda arte e toda indagação, assim como toda ação e todo propósito, visam a algum bem; por isto foi dito acertadamente que o bem é aquilo a que todas as coisas visam. (p. 118).

Neste ponto da argumentação aristotélica, ocorre uma divisão entre a ação e a técnica, classificada como uma estrutura arquitetônica NODARI (2008). Esta divisão se origina de uma importante conclusão: se todas as ações visam um bem, então existe uma diferença de importância no fato da finalidade estar na própria ação ou em algo distinto desta.

A felicidade deverá ser buscada como um fim posto no interior da ação e não como algo que se adquire pontualmente ou teoricamente. Não é um bem suficiente apenas para um homem isolado, na medida em que existe uma dependência e uma necessidade de outras pessoas para que seja alcançado.

Isto quer dizer que seu fim está no domínio das ações, é auto-subsistente. “Tanto a maioria dos homens quanto as pessoas mais qualificadas dizem que este bem supremo é a felicidade, e consideram que viver bem e ir

bem equivale a ser feliz” (p.120). Estas afirmações evidenciam que, para Aristóteles, só é possível conceber o bem supremo na posse e no exercício das ações. Não basta ter o conhecimento de algo externo, ainda que em certa medida conte com os bens exteriores.

De acordo com AUBENQUE (2003), Aristóteles não discorda de outros filósofos na questão da excelência, mas a diferença aqui está na atividade. Para Aristóteles, o bem supremo não é algo que pode ser realizado definitivamente, mas é algo realizável pelo homem e para o homem.

O prazer está na prática das ações justas de acordo com a excelência, não tendo necessidade de complementos externos. Por isso a felicidade não pode ser desfrutada separadamente, pois a práxis tem seu fim na execução da ação moral e o bem supremo mantém-se por si próprio enquanto fim a ser buscado no interior da ação.

Aristóteles trata a virtude como uma disposição, como algo que se pratica e não como algo inteligível. Na ética aristotélica, a moralidade não está colocada em uma esfera distinta da vida cotidiana, ela se realiza no tempo presente através da ação. Para Aristóteles, a ação humana constitui a única região da realidade onde é possível transformar as coisas.

Aristóteles se propõe a investigar se existe algo que seja desejável por si mesmo e alcançável por todos. Surge aqui a indagação que será o fio condutor da investigação aristotélica na *Ética a Nicômaco*: Se, nas ações que praticamos há alguma finalidade que desejamos por si mesma, tal finalidade deve ser o melhor dos bens. Sendo assim, é necessário determinar o que é este bem e de que ciências ou atividade ele é o objeto (p. 118).

É perceptível a necessidade de se determinar um princípio que deverá servir como ponto de partida para a investigação. Antes de continuar esta análise, devemos verificar se existe realmente uma finalidade que possa ser comum aos interesses de todas as pessoas. Neste ponto da argumentação, Aristóteles utiliza a metáfora do arqueiro, para quem é necessária a existência de um alvo, que irá determinar e justificar suas habilidades com a flecha (p. 118).

A questão que se apresenta é: entre os vários tipos de bem, existirá um que seja desejado por si mesmo e seja superior aos outros?

Para uma definição mais apropriada de bem supremo, Aristóteles apresenta uma classificação de três tipos de vida existentes: a vida vulgar, a vida política e a vida contemplativa. Os homens vulgares identificam a felicidade com o prazer; os homens que se dedicam à política identificam a felicidade com as honrarias, com o reconhecimento dos seus méritos; diferentemente dos homens contemplativos, que tomam a felicidade como algo exterior à ação (p. 121).

Esta finalidade ou bem supremo possui interpretações variadas, mas, para a maioria das pessoas o bem supremo ou a felicidade são as honrarias, os prazeres e as riquezas, ou seja, o bem viver. Entretanto, as honrarias dependem mais daqueles que as concedem que daqueles que as recebem. Quanto aos prazeres, existe a necessidade de renová-los. Quanto à riqueza, depende ela da boa fortuna.

Em vista destas interpretações variadas, Aristóteles considera que é necessário determinar qual a função específica do homem para saber qual é o bem supremo e, conseqüentemente, o que é a felicidade. Se tudo que existe tem uma função ou atividade correspondente, o bem e a perfeição residem na função e não no objeto. Seguindo os princípios do método teleológico, ou seja, das finalidades, analisa os tipos de função existentes nas diversas formas de vida e as compara com as funções humanas.

Assim, o bem para o homem é o exercício das faculdades da alma conforme a excelência, e se há mais de uma excelência, deverá ser de conformidade com a melhor e mais completa entre elas. (p. 127).

Entendemos então que para Aristóteles a felicidade é algo final e auto-suficiente, é o fim a que visam as ações (p. 125). Não é conseguida por adição, é algo de pleno e que se mantém por si mesma, sendo por isso o fim das coisas tomadas como objeto de ação. De acordo com TUGENDHAT (2003), é importante observar que na ética aristotélica, a busca de uma definição plausível de felicidade não é conclusiva, ainda que seja um elemento determinante.

A diversidade de significados para a felicidade dificulta a análise filosófica a que nos dispomos neste trabalho, e esta pluralidade de argumentos é o obstáculo que permeará todo o desenvolvimento da *Ética a Nicômaco*.

Entretanto esta dificuldade não está de nenhuma forma atrelada a uma suposta ingenuidade do autor ao enfrentar o tema. No capítulo sete do Livro I já é perceptível que o objetivo de Aristóteles não é algo ingênuo como pode parecer inicialmente. Sua intenção não é fazer divagações sobre o que seja a felicidade e suas possíveis definições.

Na interpretação de RODHEN (1981), a medida em constrói sua argumentação, Aristóteles demonstra que existe uma estreita ligação entre ação moral e felicidade, não sendo possível desvincular uma da outra. Para Aristóteles, felicidade e ética não são distintos. Se a felicidade é algo que se dá através da excelência da ação moral, não é possível compreendê-las de maneira distinta ou objetiva.

A natureza da felicidade também é algo que deve ser definido no desenvolvimento da investigação aristotélica. Uma das dificuldades da definição é o fato de que este bem supremo não é constante, não se apresenta como um ideal, pois está antes na natureza da atividade e varia de acordo com ela. Qual será então a possibilidade de definição da natureza do bem supremo? Para melhor alicerçar sua argumentação, Aristóteles cita alguns exemplos, ainda no capítulo sete: Na medicina o bem supremo é a saúde, na estratégia este bem será a vitória, na arquitetura é a casa, e assim por diante em qualquer outra esfera de atividade, ou seja, é o fim visado em cada ação e propósito, pois é por causa dele que os homens fazem tudo mais. ( p. 125).

Aristóteles utiliza aqui o argumento finalista: se para toda atividade o bem é a perfeição a que esta se destina, e se o homem possui uma função, a felicidade será então a capacidade do homem de agir conforme a excelência. A ação do homem será excelente quando puder ser coordenada pela parte da alma que possui o *lógos* (razão). É um fim arquitetônico, pois subordina as paixões e se realiza quando pensamos conjuntamente a *práxis* e o *lógos*. De acordo com esta elaboração filosófica, o bem para o homem vem a ser o exercício ativo das faculdades da alma de conformidade com a excelência, e se há mais de uma excelência, de conformidade com a melhor e mais completa entre elas (p. 126).

A felicidade portanto, deverá ser algo que pertence a seu possuidor e que não lhe pode ser facilmente tirado; mas também algo que se sobrepõe aos

fins particulares da maioria das pessoas. Se existe mais de uma finalidade, isto significa dizer que nenhuma é realmente final.

Mas, se existir um bem supremo, este deverá ser final, algo que direcione o homem para sua completude, e deverá ser desejado por si mesmo e não em vista de outro bem. Aristóteles considera que “ninguém escolhe a felicidade por causa das várias formas de excelência, nem, de um modo geral, por qualquer outra coisa além dela mesma” (p. 125).

Conforme destaca NOGUEIRA (1993) é notável a forma como Aristóteles encaminha a investigação, assegurando a veracidade de seus argumentos através da utilização do método teleológico. As honrarias, os prazeres, a inteligência e todas as outras formas de excelência possíveis de serem alcançadas através das ações, embora sejam escolhidas por si mesmas, são escolhidas como meios que visam sempre à felicidade de uma pessoa. Atingir este bem é considerado algo nobre para um indivíduo, mas será ainda melhor se puder ser compartilhado por todos. Em Aristóteles, esta concepção de felicidade só é possível no interior da cidade. Não há uma fundamentação da ética fora da práxis; esta se apresenta como uma disposição, um modo de relação com os outros indivíduos.

Na interpretação de BERTI (2005), o objetivo de Aristóteles não é discordar das definições possíveis de felicidade. Sua opinião se coaduna com todas as já existentes, superando-as, porém, no que diz respeito à finalidade, pois não atribui o bem supremo nem ao corpo, nem aos bens materiais e nem à alma. Para Aristóteles a felicidade é antes uma disposição racional adquirida através do hábito, é uma construção elaborada na vida cotidiana (p.125). Por isso, o bem supremo não se adquire pontual e individualmente, mas moralmente, pois depende do outro para ser alcançado.

Após analisar a variedade de bens existentes, Aristóteles nos leva a admitir que, ainda que existam várias formas de excelência, nenhuma delas pode ser considerada como algo permanente. Isto ocorre porque entre as excelências, algumas necessitam sempre ser renovadas e outras dependem de circunstâncias externas à vontade. Por isso, de acordo com Aristóteles, sempre procuramos as excelências por causa da felicidade, e não a felicidade por causa das excelências.

Assim, o fim último não está nas excelências, pois se admitimos que a felicidade é o fim último, devemos admitir também que esta não pode ser algo dado por adição, mas deverá ser algo de pleno que possa manter-se por si mesmo, de maneira independente.

É por esta razão que nos perguntamos se é possível aprender a ser felizes, diz Aristóteles, ou se podemos ser felizes graças ao hábito ou a algum tipo de exercício, ou então à providência divina, ou finalmente, graças à sorte (p. 129). Para Aristóteles, a felicidade é uma atividade da alma conforme a excelência. Se, por nossa própria natureza, somos seres racionais, então o fim natural dos seres humanos será agir em conformidade com a razão.

### **RELAÇÃO ÉTICA ENTRE AÇÃO RACIONAL E FELICIDADE**

Aristóteles prossegue sua argumentação com o objetivo de esclarecer a importância do uso da razão como instrumento para alcançar o fim último. Em primeiro lugar, trata da constituição da alma humana. O que distingue a espécie humana das outras existentes é a razão, ainda que também estejam presentes em sua natureza características nutritivas e sensitivas comuns a outros seres vivos. Segundo Aristóteles, a razão humana é formada de duas partes, uma irracional e outra racional (p. 135).

Para Aristóteles, podemos ser persuadidos a agir de acordo com a razão e não segundo uma tendência natural, comum a todos os homens: as paixões e os apetites. Esta capacidade de discernimento presente na racionalidade é o que determina as disposições do espírito; é uma espécie de potencialidade que tem de ser exercitada. Quando é devidamente estimulada no indivíduo, possibilita a este adquirir uma disposição que dará origem às virtudes. Esta é a fórmula do comportamento ético em Aristóteles: para ser ético, é necessário exercer a atividade da virtude através de uma disposição que se desenvolve na prática e que conduz à excelência moral.

Assim, é razoável pensar que o bem do homem está na atividade humana que resulta da razão, já que é ela que distingue o homem dos animais. Para Aristóteles, a felicidade do homem consiste no aperfeiçoamento desta atividade racional.

Em suma, esclarece TUGENDHAT (2003), a concretização da felicidade dar-se-á através da subordinação da atividade volitiva à atividade racional, pois a felicidade não é algo exterior à esfera da ação humana.

Portanto, para ser feliz, o homem deve viver pela inteligência e segundo a inteligência. Aqui está presente um dos elementos essenciais da definição aristotélica de felicidade na *Ética a Nicômaco*: esta não é contemplativa, deve ser procurada racionalmente no terreno da ação.

Em Aristóteles, o fato de a felicidade ser adquirida implica em um autodomínio das paixões durante a vida, e isto ocorre necessariamente nas circunstâncias da ação. Este autodomínio das paixões ou este propósito de agir bem é algo a ser aprendido pelo homem como cidadão. É um aprendizado que se dá ao longo da vida como um exercício ativo, “pois uma andorinha não faz verão (nem o faz um dia quente); da mesma forma um dia só, ou um curto lapso de tempo, não faz um homem bem-aventurado e feliz” (p. 127).

Nesta atividade racional, própria do homem, está a natureza da felicidade. Assim, de acordo com Aristóteles, a ação virtuosa se desenvolve numa vida de aperfeiçoamento, ou seja, numa vida que produz a maturidade. Mas esta ação virtuosa não deve ser confundida com o bem supremo. Ainda que constitua a excelência humana, não é a felicidade, isto porque a felicidade para Aristóteles não está propriamente na virtude, mas na atividade da virtude, na vida racional para a qual a virtude nos dispõe.

Não basta, porém, definir qual é a natureza comum a todas as virtudes éticas. Para Aristóteles, não é possível existir virtude quando há excesso ou falta de algo, ou seja, quando há demais ou de menos. A virtude implica sempre em uma proporção entre dois extremos: ela está no meio termo.

Nada que existe por natureza pode ser alterado pelo hábito. Esta afirmação, encontrada no início do Livro II da *Ética a Nicômaco*, é fundamental na elaboração da práxis aristotélica (p. 137). Quando Aristóteles faz a distinção entre a parte racional e a parte irracional da alma, seu objetivo principal é esclarecer qual a essência e o sentido da felicidade definida como uma atividade da alma conforme a excelência perfeita; afirmação que abre o capítulo oito do Livro I.

É evidente em Aristóteles que nenhuma das várias formas de excelência moral se constitui em nós por natureza. As ações humanas irão



determinar sua própria natureza moral, não de uma maneira fixa, mas de acordo com a reta razão, conforme está dito no início do capítulo dois do Livro II da *Ética a Nicômaco*.

Dentro do modelo didático adotado na obra parcialmente analisada neste estudo, Aristóteles utiliza, no início do Livro II, exemplos óbvios para elucidar suas afirmações não tão óbvias. A pedra se move para baixo por natureza, e não pode ser habituada a mover-se para cima, ainda que alguém tente habituá-la a isso, jogando-a mil vezes para cima.

Outro exemplo citado é o do fogo, que se move sempre para cima e não pode ser habituado a mover-se para baixo. Isto prova que qualquer coisa que se comporta por natureza de certa maneira não pode ser habituada a comportar-se de maneira diferente. Aristóteles afirma que nem por natureza nem contrariamente à natureza a excelência moral é engendrada em nós, mas a natureza nos dá a capacidade de recebê-la, e esta capacidade se aperfeiçoa com o hábito (p. 137).

Aristóteles estabelece neste ponto as bases de sua ética e a impossibilidade de construí-la fora da ação racional. A partir daí, começa a elaborar sua teoria ética, partindo da análise das faculdades que nos vêm por natureza. Tais faculdades existem primeiramente em sua potencialidade e apenas mais tarde se manifestam através da atividade. No caso dos sentidos, por exemplo, isto é bastante claro, pois, segundo Aristóteles, não foi por ver repetidamente ou repetidamente ouvir que adquirimos estes sentidos; ao contrário, já os tínhamos antes de começar a usufruí-los, e não passamos a tê-los por usufruí-lo (p. 137).

Ainda utilizando a comparação das virtudes com as artes, Aristóteles considera que toda excelência moral é produzida e destruída pelas mesmas causas e pelos mesmos meios (p. 138). Da mesma forma que os bons e os maus citaristas se formam tocando a cítara, também os homens se tornam bons ou maus construtores por construírem bem ou mal. Acontece o mesmo com as várias formas de excelência moral, diz Aristóteles, no final do capítulo um do Livro II da *Ética a Nicômaco*.

Temos aqui uma situação bastante conclusiva no pensamento aristotélico: a maneira como desenvolvemos nossas ações será determinante na obtenção da felicidade, definida anteriormente como a excelência perfeita

da ação humana. Este conteúdo a que se refere Aristóteles é dado através da educação, pois a disposição moral é construída na atividade.

Quanto mais se adquire a disposição moral, através da ação, mais nos tornamos aptos para agir de acordo com a reta razão. Se a natureza das ações é determinada pela prática e aplicada posteriormente a casos particulares, a excelência moral é algo impreciso e de difícil compreensão. Aristóteles justifica a necessidade de um modelo de conduta aplicável a todas as ações humanas, pois temos de explicar o invisível recorrendo à evidência do visível. (p. 139).

As pessoas se comportam de maneiras diferentes nas mesmas circunstâncias, e por isso, afirma Aristóteles, devemos desenvolver nossas atividades de maneira pré-determinada, pois nossas disposições morais correspondem às diferenças entre nossas atividades (p. 138). Assim, devemos analisar a natureza das ações e a forma como iremos praticá-las, pois são as ações que determinam a natureza das disposições morais.

Para Aristóteles, a excelência moral nada possui de fixo e é constituída de modo a ser destruída pela deficiência e pelo excesso. O homem que evita e teme tudo e não enfrenta coisa alguma torna-se um covarde; em contraste, o homem que nada teme e enfrenta tudo torna-se temerário; a moderação e a coragem, portanto, são destruídas pela deficiência e pelo excesso, e preservadas pelo meio termo. (p. 139)

A prática da moderação se dá através da repetição de ações que proporcionem o fortalecimento das virtudes morais, e para isto é necessário agir corretamente, pois as fontes do aparecimento e do crescimento da excelência moral são as mesmas de sua destruição.

Não existe para Aristóteles a possibilidade da virtude fora da ação. É necessário desenvolver as virtudes éticas através do hábito, pois estas não são naturais, nascem e se desenvolvem na prática. Entretanto, esta atividade não é contrária à natureza humana, pois, é em virtude desta natureza que somos potencialmente capazes de formar os hábitos e direcionar nossas decisões.

Se todas as pessoas buscam um fim último, e este fim último é a felicidade ou o supremo bem, é necessário cultivar as disposições da alma para se construir racionalmente a excelência moral através dos hábitos. Para Aristóteles, não basta possuir uma virtude, é preciso também ser possuidor da

arte de usá-la na justa proporção, utilizando o meio termo que está sempre entre dois excessos: quando algo existe demais ou de menos.

A virtude ética regula o meio termo entre os vícios. O meio termo não significa, porém, uma atitude medíocre, ele está acima dos extremos, representa a sua superação, ou seja, o predomínio da razão.

Segundo Aristóteles, apenas o conhecimento do que é bom e do que é justo não torna um homem bom ou justo. Da mesma forma que o doente que ouve atentamente as prescrições médicas e não as pratica não curará sua enfermidade, assim também os homens que se refugiam em teorias dissociadas da prática não serão efetivamente bons ou justos. Isto parece bastante razoável, porém, a linha que separa este comportamento racional e voluntário de outro comportamento originado em imposições externas não é tão facilmente vislumbrada.

A dificuldade de compreensão deste argumento está na complexidade das manifestações da alma humana e na forma como estas podem ser identificadas, pois só a partir deste reconhecimento prévio será possível definir claramente o que é uma ação moral. Para Aristóteles, a natureza capacita o homem para a virtude. Podemos dizer que este foi dotado por natureza de certas capacidades e faculdades de ação. Toda ação é uma conseqüência de desejar agir e agir. Para desejar agir corretamente é necessário existir anteriormente o hábito ou o exercício das virtudes éticas.

O maior ponto de dificuldade está em determinar racionalmente até onde e em que medida uma pessoa pode desviar-se antes de tornar-se censurável( p. 150). Se isto ocorre, é porque o conceito aristotélico de meio termo não é absoluto, é pensado sempre em relação às circunstâncias. Assim, para definir o máximo da perfeição nas ações humanas, Aristóteles utiliza um conceito espacial. Isto significa dizer que, segundo o conteúdo e o enunciado expresso em sua definição, a virtude é um meio termo, mas, segundo a excelência e a perfeição, ela é um ápice (p. 143).

De acordo com BERTI (2005), esta definição de meio termo, elaborada por Aristóteles, é bastante compreensível quando colocada em termos gerais, mas, para sua aplicação aos fatos particulares é necessário se fazer uma compatibilização. Por exemplo: em relação ao medo e à temeridade, o meio termo é a coragem; quanto às várias espécies de prazer e sofrimento, o meio

termo é a moderação; e, no que se refere às honrarias, também é possível desejá-las nas devidas proporções.

Para que as virtudes morais possam se desenvolver de maneira racional, é necessário que esta prática seja iniciada na infância, pela educação. Portanto, nos diz Aristóteles, a pessoa bem educada desenvolve desde cedo a prudência, de forma racional. No segundo livro da *Ética a Nicômaco*, Aristóteles elabora uma definição de meio termo, significando aquilo que é equidistante em relação a cada um dos extremos (p. 144).

O meio termo não é absoluto, é sempre pensado em relação às circunstâncias. Na ética aristotélica a excelência moral está em escolher o meio termo e isto só é possível na ação. Aristóteles elabora uma definição de excelência moral, e diz que quanto ao que expressa a sua essência, a excelência moral é um meio termo, mas com referência ao que é melhor e conforme ao bem, ela é um extremo (p. 143).

Esta definição é compreensível, porém, quando se trata da sua aplicabilidade, o sentido de extremo já não será o mesmo, pois quem visa ao meio termo deverá primeiro evitar o extremo mais contrário a ele. Quando nenhuma das alternativas que se apresentam pode ser considerada ideal, o melhor a fazer é escolher o menor dos males, diz Aristóteles. Nesta escolha, ocorrem variações de grau nas inclinações, pois as pessoas reagem aos fatos individualmente, ainda que as conseqüências das ações se reflitam coletivamente.

Enquanto a razão é uma característica em potência no homem, a prudência se desenvolve na prática das ações, e o seu exercício constante indica a capacidade de controle e o nível de disposição da parte racional. A excelência moral será sempre determinada pelo ponto equidistante entre o excesso e a falta: o meio termo.

## **CONCLUSÃO**

Ainda que não se possa ignorar a influência das circunstâncias e das condições exteriores, a felicidade é algo que só é possível e realizável no domínio racional das ações. Isto quer dizer que, para Aristóteles, a felicidade só poderá ser alcançada quando vencidas as deficiências que impedem o

exercício das ações de forma virtuosa. O conceito de virtude refere-se à excelência própria de alguma coisa, mas é usado por Aristóteles com um significado ético.

Estas dificuldades para o exercício de ações éticas são decorrentes do fato de que, tanto para a maioria das pessoas quanto para as que são mais qualificadas, viver bem e ir bem equivale a ser feliz. Todos têm o mesmo objetivo: ser feliz, mas, a definição do que seja propriamente a felicidade se torna algo bastante vago diante da pluralidade de opiniões existentes a este respeito.

Para as pessoas comuns, a felicidade se identifica com o prazer, para o político, com as honrarias e as riquezas. Porém, as honrarias dependem mais dos que as concedem do que daqueles que as recebem e, quanto aos prazeres, é preciso renová-los sempre, enquanto a riqueza sempre dependerá da boa sorte.

Portanto, é imprescindível determinar se existe algo de permanente, algo que seja comum a todas as pessoas e que esteja no exercício de uma função específica, e não em objetos externos. Aristóteles busca definir esta característica na própria natureza do homem. É necessário, antes de tudo, determinar qual será o alvo, pois ele é o ponto de referência que determina e justifica as habilidades do arqueiro. Nesta natureza humana, ainda que existam atividades vitais de nutrição e crescimento comuns a outros seres vivos, o que distingue e define o homem é a racionalidade.

Colocando a racionalidade como o alvo do arqueiro, ou seja, como o ponto central de sua investigação, Aristóteles pondera que, se a principal característica do homem é a racionalidade, o maior bem para o homem deverá ser o exercício desta atividade racional da melhor forma possível. Este exercício deverá ser uma atividade da alma em conformidade com a excelência perfeita. É a partir destes argumentos que Aristóteles elabora uma sistematização da ação racional, considerando que, por existirem elementos irracionais na racionalidade, estes deverão ser dominados de algum modo, pois felicidade e ética não são distintos. Se a felicidade é algo que se dá através da excelência da ação moral, esta ação deverá ser coordenada pela parte racional da alma, pelo *lógos*. Por isso o conceito de felicidade possui um fim arquitetônico: subordina as paixões ao domínio da razão.

Podemos concluir que a definição de felicidade elaborada por Aristóteles não tem o objetivo de discordar das outras definições possíveis. Sua opinião se coaduna com todas as já existentes, superando-as, porém, no que diz respeito à finalidade. Aristóteles não atribui a felicidade ao corpo, aos bens materiais ou à alma, ele coloca a felicidade como uma disposição racional, adquirida através do hábito e construída no cotidiano. Portanto, para ser ético é necessário exercitar a virtude. Podemos entender isto como a importância de desenvolver uma prática que leva a um comportamento ético, a um aperfeiçoamento da atividade racional. Se a felicidade implica neste autodomínio das paixões ela é algo a ser adquirido durante a vida e se manifestará, necessariamente, nas circunstâncias da ação. De acordo com o pensamento aristotélico, é plausível afirmar que é nesta atividade racional própria do homem que está a natureza da felicidade.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

1. ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
2. \_\_\_\_\_. *Ética Nicomáquea*. Tradução de Julio Pallí Bonet. Madri: Editorial Gredos, 1995.
3. AUBENQUE, P. *A Prudência em Aristóteles*. Tradução de Marisa Lopes. São Paulo: Discurso Editorial, 2003.
4. BARNES, J. *The Cambridge Companion to ARISTOTLE*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
5. BERTI, E. *As Razões de Aristóteles*. Tradução de Dion Davi Macedo. São Paulo: Loyola, 2005.
6. NODARI, P. C. *A Ética Aristotélica*. *Revista Síntese Nova Fase*, Belo Horizonte, v. 24, n. 78, p. 383-408, 2008.
7. NOGUEIRA, J. C. *A Ética, A Felicidade e o Dever*. *Revista Reflexão*, PUCCAMP, Campinas, nºs 55/56, p. 29-47, jan./ago., 1993.
8. RODHEN, V. *Interesse da Razão e Liberdade*. São Paulo: Ática, 1981.
9. TUGENDHAT, E. *Lições sobre Ética*. Revisão e organização da tradução: Ernildo Stein e Ronai Rocha. Petrópolis: Vozes, 2003.